

REFERÊNCIAS

AMARO, L.. **Direito tributário brasileiro**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição Setenta, 1994.

BERGAMINI, A. **A Constituição da empresa denominada Holding Patrimonial como forma de redução da carga tributária da pessoa física, planejamento sucessório e retorno de capital sob forma de lucros e dividendos, sem tributação. 2009** . Disponível em: [www.melobraga.com/data/documents/HOLDING-PATRIMONIAL.pdf](http://www.melobraga.com/data/documents/HOLDING-PATRIMONIAL.pdf). Acesso em: 28. mar. 2017.

BORGES, H. B. **Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS**. 3.ed. São Paulo: Atlas, - 2000.

BRASIL. CONSTITUÇÃO FEDERAL de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25. mar. 2017.

BRASIL. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-CTN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25. mar. 2017.

BRASIL. CÓDIGO CIVIL - Lei 10.406/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25. mar. 2017.

BRASIL. Lei 9.249/95 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25. mar. 2017.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo, 2004.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 9ª edição. São Paulo: Atlas 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUNGARO, F. M. **A Figura das empresas holding como forma de proteção patrimonial,**

**planejamento sucessório e controle de grupos empresariais**. Disponível em: [<www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/download/>](http://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/download/) Acesso em: 17/11/2015.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LATORRACA, N. **Direito Tributário: imposto de renda das empresas**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MACHADO, H. B. **Curso de direito tributário**. 18.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000.

MAMEDE. G; MAMEDE. E. **Holding Familiar e suas Vantagens**. 2 ed. São Paulo: Atlas, - 2011.

OLIVEIRA, D. P. R. **Holding, Administração Corporativa e Unidade Estratégica de Negócios**. São Paulo: Atlas, 1995.

PÊGAS, P. H. **Manual da Contabilidade Tributária**. 6º edição São Paulo: Atlas 2010.

TEIXEIRA, João Alberto Borges. **Holding Familiar: tipo societário e seu regime tributário**. 2016. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/3gw6/holding-familiar-tipo-societario-e-seu-regime-tributario-joao-alberto-borges-teixeira-2007.%20Acesso%20em%2025/10/2013>> Acesso em: 12 mar. 2017.

THUMS, Jorge. **O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento**. 3.ed. Canoas: Ulbra, 2003.

ZANETTI, Robson Holdings: **por que e para quê?** 2012. Disponível em <http://www.artigos.com/meus-artigos/zanetti?limitstart=0>. Acesso em: 15 mar. 2017.

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E OCUPAÇÕES HUMANAS NO CENTRO NORTE PAULISTA<sup>1</sup>

MANO, Marcel\*. – Professor Associado do Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia.

\*Autor para correspondência e-mail: [marcelmano@ufu.br](mailto:marcelmano@ufu.br)

Recebido em: 20/06/2018  
Aprovação final em: 15/08/2018

### RESUMO

O presente artigo apresenta dados de pesquisa desenvolvidos a partir do diálogo entre Antropologia e História e pretende abordar duas questões relacionadas às ocupações humanas na região norte do interior paulista, conhecida historicamente como Campos de Araraquara. A primeira trata de entender a toponímia “Araraquara” e o espaço por ela designado como constructo histórico relacionado aos processos de ocupação não indígena na região. E a segunda pretende levantar problemas quanto à invisibilidade e/ou homogeneização da presença indígena nos denominados Campos. Para isso, o artigo se baseia na análise de uma ampla e variada documentação e cartografia paulistas dos séculos XVIII a XX, publicadas e inéditas, que foram lidas a partir do paradigma indiciário. Espera-se mostrar como alguns enganos e distorções foram produzidos pela historiografia regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupações humanas; Povos Indígenas; Formação histórica e cultural – Campos de Araraquara.

**MEMORY AND OBLIVION: HISTORICAL FORMATION AND HUMAN OCCUPATIONS IN THE NORTH CENTRAL REGION OF SÃO PAULO STATE**

### ABSTRACT

This paper presents research data developed from the dialogue between Anthropology and History and intends to address two issues related to human occupations in the northern region of the state of São Paulo, known historically as “Campos de Araraquara”. The first one tries to understand the toponymy "Araraquara" and the space designated by it as a historical construct related to the processes of non - indigenous occupation in the region. The second one seeks to raise problems related to the invisibility and / or homogenization of the indigenous presence in the called “Campos”. For this, the article is based on the analysis of a wide and varied documentation and cartography from the eighteenth and twentieth centuries, published and unpublished, that were read based on the indiciary paradigm. It is hoped to show how some mistakes and distortions were produced by the regional historiography.

**KEYWORDS:** Human occupations; Indigenous Peoples; Campos de Araraquara - Historical and cultural background.

<sup>1</sup>Este artigo apresenta alguns dados de tese de doutorado, ainda inédita, defendida na Unicamp em 2006, reconfigurados a partir de informações oriundas de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos sobre os encontros e as intersecções culturais entre indígenas e suas alteridades, financiadas pela Fapemig e pelo CNPq.

### HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Quando a maioria dos autores da história regional, em diferentes momentos, se posicionou quanto às ocupações humanas na região norte do atual estado de São Paulo durante o período colonial, três caminhos principais foram apontados, todos, no entanto, superáveis. O primeiro foi pensar numa invisibilidade documental das ocupações indígenas. O segundo foi reproduzir uma suposta ocupação indígena homogênea. O terceiro foi reproduzir o mito de origem bandeirante, enraizado na historiografia paulista de meados do século passado.

Nas três situações, a ausência de um diálogo entre História e Antropologia pode ser o elemento indicativo de suas fragilidades. Via de regra, baseados numa historiografia tradicional de cunho economicista, os diferentes autores não foram capazes de lançar o olhar sobre os materiais de estudo da História (os documentos escritos) a partir da perspectiva da alteridade (objeto da Antropologia). Talvez seja por isso que a maioria dos trabalhos até agora escritos tenha se restringido a notas esparsas sobre os povos indígenas, sem nenhum aprofundamento das fontes ou das informações, e tenha, ainda, perpetuado a imagem romantizada de um sertão conquistado pelo não-indígena. Por isso, o fosso que então se abriu durante décadas entre História e Antropologia fez com que, entre nós, proliferassem distorções ainda reproduzidas.

Na contramão dessa separação, nas últimas décadas, essas duas disciplinas passaram a um encontro renovado e fecundo do qual ambas saíram afetadas. Do lado da História, as tentativas de incorporar em seus discursos parcelas da sociedade ante então silenciadas na historiografia tradicional; tais como os povos indígenas, classes sociais trabalhadoras, mulheres, negros etc., fizeram-na aproximar-se do objeto da Antropologia – a alteridade. Do lado da Antropologia, as abordagens atuais, em reação aos estudos funcionalistas e

estruturalistas comuns até fins dos anos 1970, têm se preocupado em formular interpretações históricas a partir das categorias nativas e na utilização dos documentos escritos e orais. Assim, no veio de um dos legados da história social de M. Bloch (2001) e L. Febvre (1996): a que aproxima História e Antropologia, tem-se conseguido iluminar a História a partir de novos atores e sujeitos, tal como já pedia perplexo o operário leitor de Brecht<sup>2</sup>.

Com isso, passou-se a desenhar uma história da alteridade invisível nos documentos e nos discursos hegemônicos. Com essa metodologia trabalhou, por exemplo, Carlo Ginzburg (1987; 1989). Em seu texto mais conhecido entre nós, *O queijo e os vermes*, ele analisa os documentos de um período da história moderna italiana a partir da perspectiva antropológica da alteridade. Através dos processos movidos pela Inquisição contra um moleiro do Friuli, ele resgata e reconstrói a visão de mundo e o modo de vida de um homem comum do século XVI. Por isso, um método que combina História e Antropologia deve consistir no tratamento dos documentos escritos e fontes primárias das mais diversas procedências, publicados e inéditos; tais como crônicas da ação missionária, registros de viajantes e exploradores, diferentes documentações administrativas, relatos e impressões de viagens oficiais, científicas, militares, comerciais etc., que são os próprios materiais de estudo da História. Mas consultar este vasto material na intenção de garimpar informações que foquem em sujeitos e grupos invisíveis numa historiografia tradicional requer o olhar treinado na Antropologia, porque se trata de um resgate capaz de buscar nas informações mais sutis os significados de práticas, de representações e de discursos não oficiais. Tal método foi concebido por Ginzburg (1989) como paradigma indiciário, aquele que permite passar do desconhecido ao conhecido com base em indícios, marcas ou pistas.

Dessa forma, e apesar das ressalvas já feitas por

diversos autores sobre a preocupação que se deve ter na valorização das informações documentais, tal como o cuidado de perceber as formas de poder e as ideologias presentes nesses discursos, acredita-se que os dados fornecidos pelas mesmas – feita-lhes a devida crítica interna, junto com a Arqueologia e a Antropologia, constituem o modo mais direto que possuímos para reescrever a história de uma área ou região.

Com base nisso, este artigo se apoia na análise de um certo número de referências documentais dos séculos XVI ao XX para propor uma reinterpretação da formação sócio, histórica e cultural da região norte do atual estado de São Paulo, conhecida historicamente como Campos de Araraquara. Essa reinterpretação estará focada em dois eixos principais. O primeiro é o de que essa área do interior paulista deve ser compreendida como espaço sócio histórico, portanto temporalmente cambiante, relacionado ao seu desvendamento documental e cartográfico. O segundo é evidenciar a participação indígena no processo histórico de formação e construção dessa área. Com isso, espera-se superar aqueles três primeiros caminhos apontados pela historiografia regional para pensar as ocupações humanas nessa região.

### AS FONTES HISTÓRICAS E OS CAMPOS DE ARARAQUARA

Desde as primeiras menções diretas ao topônimo Araraquara, do início do século XVIII, quando a área situada a partir da margem esquerda do rio Tietê, após o rio Piracicaba, passa a ser paulatinamente explorada pelas tropas militares paulistas, a paisagem que é descrita nos documentos corresponde genericamente a de campos ou cerrados, designativos que, desde então, iriam acompanhar o apelativo Araraquara em suas várias versões: os campos de Araraquara, as planuras de Araraquara, os sertões de Araraquara.

Como unidade física, essa toponímia abrange uma extensa área situada entre as *cuestas* basálticas do médio Tietê e o planalto ocidental paulista à margem direita desse rio, uma região delimitada

pelo quadrilátero que se forma entre os rios Tietê, Paraná, Grande e Pardo (Mapa 1), e local onde se encontram hoje cidades como Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Jaú, Bauru etc.. Mas como unidade passível de investigação, tanto a toponímia como o próprio espaço por ela designado só podem ser discutidos nos termos de seu desenvolvimento em cada época particular da história e das estruturas sócio-culturais que lhes são correspondentes (SANTOS, 2002). Assim, seu desvendamento documental corresponde ao próprio processo de penetração não indígena no interior paulista e sua construção só pode ser entendida por meio da produção da documentação e da cartografia paulista que, a partir do século XVII, começam a ser produzidas.

Ao longo de três séculos (XVII, XVIII e XIX) a documentação faz reconhecimento de uma área no interior paulista cujo apelativo Araraquara é usado diferentemente em cada período. Em face disso, a proposta é tratar essa área como uma construção histórica (MANO, 2006). De incógnito sertão no XVII a local de disputa judicial de terra no XIX. De um apelativo de aplicação generalizada no XVII e primeira metade do XVIII a um nome de aplicação restrita na segunda metade do XVIII e XIX, os documentos e a cartografia tecem em cada momento um recorte arbitrário da paisagem física e natural. Portanto, os usos que ao longo do tempo se fizeram desse topônimo e de sua aplicação indicam o resultado de processos históricos e culturais.

Durante o século XVII, apesar do curso do Tietê já ser passagem das tropas que seguiam ao Guairá, não há menção direta ao topônimo Araraquara e o que impera é o desconhecimento total da área. Prova disso é o primeiro documento cartográfico do Tietê produzido em 1628 por d. Luis de Céspedes Xeria (TAUNAY, 1922; 1975, vol. 3. p. 104-107), governador geral do Paraguai que desceu o Tietê e o Paraná até a cidade real de Guairá. Pelo roteiro deixado, eram conhecidas as navegações do Tietê, Sorocaba e Paraná (TAUNAY, 1975, vol. 2, p. 176 e vol. 3, p. 101), mas a região de Araraquara, à margem direita do Tietê, aparece

<sup>2</sup>Referência ao famoso poema do dramaturgo e poeta alemão Eugen Bertholt Friedrich Brecht - Bertolt Brecht - (1898 – 1956): "Perguntas de um Operário Letrado".



**Mapa 1** – A área em estudo. No mapa da direita, detalhe do recorde espacial. Mapa de fundo “São Paulo: hidrografia” .



Fonte: disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe>.

em branco, sem menção a este ou a qualquer outro topônimo. Isso não afasta a ideia de que possam ter ocorrido incursões a essa região, mas provam que, se houve, elas devem ter sido esporádicas e produzidas, sobretudo, por iniciativas particulares não documentadas. O certo até agora é que ao longo do XVII apenas se mapeavam os contornos dessa área à medida que surgiam povoadamentos importantes pelo caminho do Tietê ao interior, tais como Piracicaba, Itu e Araraitaguaba (hoje Porto Feliz), pontos a partir dos quais, no XVIII, se efetivariam as entradas na região de Araraquara.

Até agora, o primeiro documento oficial no qual aparece esse topônimo é um ofício de Luis Pedroso de Barros datado de 1724. Entre agosto de 1723 e maio de 1724, Pedroso de Barros abre uma picada de Itu às barrancas do rio Paraná pelos Campos de Araraquara. A 02.08.1723, com uma pequena tropa de soldados ele sai da Vila de Itu seguindo o caminho do rio Capivari e deste ao Piracicaba. Cruzou este último rio “athé o morro de Araquara donde principiam os ditos Campos de Araquara”. Passou pelas cabeceiras do rio Jacaré-Pepira e daí rompeu matas, campos e cerrados até o rio Grande

(Paraná), dando conhecimento de seu sucesso ao governador da capitania em ofício de 02.05.1724 (PEDROSO DE BARROS, 1724). A partir dessa data passa a ser constante na documentação e na cartografia paulista a menção a este topônimo (1727, 1730, 1769). Durante esse período, isto é, até o terceiro quarto do século XVIII, os cronistas e documentos que fizeram referência a essa área e que anotaram o topônimo Araraquara impuseram a ele uma conotação ampla. Dessa forma, nesse período, os “Campos de Araraquara [...] delimitada ela da que se separa pela serra de Araraquara, ia atingir as longínquas paragens das Capitanias de Guayazes e Cuyabá” (ALMEIDA, 1948, p.17). Ou seja, durante esses anos, devido ao quase completo desconhecimento que havia desse território, por extensão e contiguidade, a toponímia Araraquara abrangia todo espaço territorial compreendido entre os rios Tietê, Grande, Pardo e Paraná.

À medida, porém, que no último quarto do XVIII e início do XIX se estende o conhecimento desse espaço, os Campos de Araraquara e essa toponímia, antes usada para fazer referência a uma grande extensão territorial, passam a ser

conotação restrita àqueles morros homônimos e campos adjacentes, estendendo-se à área que está entre o rio Piracicaba e as nascentes do rio Jacaré-Pepira. Desta localização e em direção ao interior, historicamente outros topônimos locais passaram a substituir o termo genérico Araraquara, como o de Botucatu, já anotado em documentação de 1769 (JUZARTE, 1976). Exemplos claros dessa nova situação são encontrados nas cartas cartográficas do final do século XVIII. Em 1792/93 a *Carta Corográfica da Capitania de São Paulo* de João da Costa Ferreira (TAUNAY, 1922) traz explícita entre os rios Piracicaba, Tietê, Mogi-Guaçu e Jacaré-Pepira a serra e os campos de Araraquara. Neste mapa há menção ainda à colônia de Potanduva no médio Tietê, e ao rio Jacaré-Guaçu, ambos nos Campos de Araraquara. A partir daí, a leste e a norte, rareiam-se as informações toponímicas nessa carta, e mesmo a área a esquerda do Tietê, entre o Paraná e o Paranapanema aparece sob a grafia “sertão desconhecido”. Isso justifica o conhecimento pormenorizado que no final do XVIII já se tinha da área chamada Campos de Araraquara, em detrimento a outras áreas do interior paulista. Tal situação é confirmada por outro documento cartográfico produzido pouco depois. Trata-se do mapa da Capitania de São Paulo em 1800 (Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria - MHPVP). Neste, a área a leste do Mogi-Guaçu está, obviamente, repleta de topônimos ao longo da estrada conhecida como Caminho de Goiás pela qual se escoava o ouro das minas do centro-oeste. E entre a área a oeste do Mogi-Guaçu e direita do Tietê e Piracicaba aparecem a serra de Araquara e o sertão de Botucatu (sic). Em 1837, o *Mapa Chorográfico da Província de São Paulo* desenhado por Daniel Pedro Muller (TAUNAY, 1922) menciona dois morros de Araraquara entre o Tietê e o Mogi-Guaçu, um margeando o primeiro desses rios desde o rio Jaguari até Piracicaba, o outro margeando o rio Mogi-Guaçu até a altura da atual cidade de Limeira. Entre esses dois morros

encontra-se também a cidade homônima (tornada freguesia em 1817). Enquanto esse mapa reconhece a área aqui em foco, a região entre o Tietê e o Paranapanema continua sendo grafada como sertão desconhecido.

Essas descrições cartográficas, produzidas no final do XVIII e ao longo da primeira metade do XIX, são confirmadas pelo reconhecimento científico e histórico que continua a se produzir na segunda metade do XIX. Nestes, entre os rios Piracicaba e Jacaré-Pepira sempre aparecem a “serra de Araguara e os extensos campos de mesmo nome” (sic) (ZALUAR, 1954, p. 120). No final do XIX -1876- o conhecimento era extremamente preciso (AZEVEDO MARQUES, 1954, p. 260).

Por tudo isso, é patente o contínuo conhecimento que se processa dessa área desde a segunda metade do XVIII e ao longo do XIX. Se antes um extenso sertão desconhecido recebia a denominação genérica de Araraquara, a partir do momento em que ele começa a ser palmilhado e conhecido, uma das decorrências é a restrição da aplicação do topônimo a uma delimitação mais precisa geograficamente. Desde a segunda metade do século XVIII, as tropas e ordenanças que se formavam nas freguesias de Araraitaguaba, Itu e Piracicaba para seguirem a Cuiabá e Iguatemi (D.I.<sup>2</sup>, vols. 3 e 4) haviam também definitivamente aberto as possibilidades de ocupação dos Campos de Araraquara. Ao alargarem as fronteiras; ao retomarem as estradas que passavam pela margem direita do Piracicaba indo à direita do Tietê até Avandava; ao promoverem perseguições, fugas e deserções; ao criarem patentes militares para moradores ilustres dessas cidades etc., estavam selando também o destino do conhecimento e da ocupação não indígena da região em foco. Conforme as informações até agora garimpadas, são as fugas da justiça (LEMOS s/d, p 80), a posse ilegal da terra, as intrusões para reconhecimento da área na demanda de ouro (LACERDA E ALMEIDA, 1841, p. 58) e a doação de sesmarias a coronéis, tenentes e capitães das vilas

<sup>2</sup>Abreviatura aqui e doravante utilizada para a série de publicações dos *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª. ed., 1913.

de Itu, Porto Feliz (nome de Araraitaguaba a partir de 1797) e Freguesia de Piracicaba que explicam a ocupação histórica dessa área.

Assim sendo, é também nesse sentido que os espaços geográficos são aqui entendidos como construídos historicamente pela ação humana. Pois o conhecimento, a delimitação geográfica e a restrição do topônimo Campos de Araraquara ao longo de três séculos coincide com o processo oficial de ocupação histórica dessa região. Embora haja indícios contundentes para se crer na ocupação não oficial dessa área desde pelo menos o início do XVIII, até onde foi possível investigar as primeiras informações documentais para a existência de moradores nos Campos de Araraquara são do final do setecentos. Desde as duas últimas décadas desse século, os morros e campos do mesmo nome se tornaram referências geográficas a partir das quais os paulistas começaram a fincar as estacas de suas posses e sesmarias.

#### SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA NOS CAMPOS DE ARARAQUARA.

Diferentemente do que pensa a historiografia regional, baseada numa visão tradicional, a ocupação humana dessa área histórica não está associada ao mito bandeirante, nem tampouco a uma economia mercantil de base exportadora baseada na mão de obra escrava negra ou imigrante européia. Já há algum tempo, existem dados suficientes para se propor novas leituras dessa realidade.

De acordo com a documentação pesquisada, no século XVII apareciam as povoações marginais aos Campos de Araraquara, tais como Itu e Araraitaguaba, mas é somente a partir do século XVIII, quando ituanos participam da descoberta de ouro em Cuiabá, que passa a aparecer mais frequentemente o topônimo Araraquara na documentação. Tais indícios têm implicações

importantes para se entender os processos históricos e socioculturais que moldaram a ocupação não exclusivamente indígena na região. Em primeiro lugar, porque esses primeiros núcleos ou sítios foram formados durante o surto do bandeirismo de apresamento, e, por isso, constituídos por paulistas e índios guaranis tornados escravos (MONTEIRO, 1994). Em segundo, porque isso gerou uma forma de sociabilidade, de produção econômica e de representações culturais próprias, oriundas das interações, das trocas e das intersecções entre diferentes sujeitos (indígenas e não-indígenas). Em terceiro, porque a descoberta de ouro no centro oeste do Brasil (Goiás e Cuiabá), que colocou o norte de São Paulo, onde se situam os denominados Campos de Araraquara, como caminho, tornou imperiosa a criação de tropas militares para abrir rotas e patrulhar o escoamento do ouro. E finalmente porque, tais tropas militares, compostas por diferentes sujeitos sociais, que traçavam uma linha histórica de atuação, entram em contato com outros grupos indígenas que traçavam também suas próprias linhas históricas de atuação.

De acordo com a etnohistória de parte do norte de São Paulo e áreas contíguas como o Triângulo Mineiro (ALVES, 2017; MANO, 2011, 2015; MORI, 2015; RODRIGUES, 2011), esses encontros entre diferentes itinerários históricos e culturais geraram tanto etnocídios como etnogêneses; geraram mesclas híbridas inesperadas que foram o resultado das intersecções e contatos entre diferentes alteridades: de grupos indígenas entre si; destes com não-indígenas (mestiços, brancos, homens livres pobres); destes com negros (fugidos, forros e escravos) e todas as outras formas possíveis de intersecções, e cujo desenho se assemelha a uma mandala<sup>3</sup>. Ao reativarem o protagonismo indígena na história, esses trabalhos têm mostrado como o agenciamento e as políticas indígenas de contato

desmentem o mito do paulista desbravador.

Na região aqui em foco, esse mito se perpetuou durante muito tempo na leitura tradicional que se fez dos atos de um personagem considerado o fundador da cidade de Araraquara: Pedro José Neto. Entre 1790 e 1805 ele, a esposa e dois filhos, perambularam por este território e estabeleceram diversas poses por uma área que se estende por no mínimo 100 Km em linha reta, entre os atuais municípios de São Carlos, Araraquara, Boa Esperança, Gavião Peixoto e Jaboticabal. Interpretadas como a epopéia de um herói civilizador, suas façanhas serviram de ícones à ideologia do homem bravo e alteroso. Há, no entanto, alguns problemas quanto a essa interpretação. Por exemplo: quando Pedro José Neto, em 1790, atravessou o rio Piracicaba entrando nos Campos de Araraquara, ele o fazia fugindo da justiça de Itu e não com um plano de povoar e colonizar. Tal como a maioria dos homens pobres e mestiços que participavam das entradas aos sertões, ele o fazia então sem nenhum projeto maior senão a luta pela sobrevivência. E mais, certas questões de ordem prática colocam a impossibilidade de apenas um homem e dois filhos terem percorrido em apenas 15 anos uma grande extensão territorial e aberto, no mínimo, nove posses. É certo que desde pelo menos o segundo quarto do XVIII quando Luís Pedroso de Barros abre caminho do Tietê ao Paraná, os caminhos que passam pelos Campos de Araraquara são batidos. Porém, o sentido de ocupação das posses de Pedro José Neto não se direciona na direção do Tietê por onde seguiu aquele caminho, mas no das cabeceiras dos afluentes de sua margem direita, e daí em direção nordeste ao Mogi-Guaçu. Esta região ainda era no final do XVIII -1788- um incógnito sertão, cujos obstáculos naturais foram tantas vezes mencionados por viajantes como Lacerda e Almeida (1841, p. 58), que ao encontrar “uns montes que lhes chamão de Araraquara” diz: “[...] É tradição que n’estes montes há muito ouro. Varias pessoas tem tentado chegar a elles, e o não tem conseguido pelos muitos pantanaes e obstáculos que se encontram [...]”. O desconhecimento e as dificuldades do terreno, o caráter solitário-familiar

(casal e dois filhos) dessa empreitada, as questões práticas de sobrevivência (alimentação, abrigo e defesa), os desafios constantes para superar obstáculos naturais e os limites do corpo durante 15 anos no sertão, e ainda assim a disposição para correr caminhos, abrir florestas e campos, marcar e tomar posse parece façanha demais para a epopéia de um herói solitário. Deste ponto de vista, abre-se a possibilidade de ele ter usado mão de obra extra, neste caso, o índio escravo.

Como se sabe, os paulistas que tomaram parte nas primeiras entradas no Guairá e na região mineira foram pouco a pouco ocupando e povoando os sertões paulistas com base no trabalho escravo indígena. Pelo caminho do Tietê eles penetraram, já no início do XVII, nos campos de Pirapitingui, região onde iriam aparecer Itu e Araraitaguaba (AZEVEDO MARQUES, 1954, p. 358), pontos a partir dos quais, no século XVIII, se efetivariam as entradas na região de Araraquara. Itu, por exemplo, tem sua origem em meados do XVII pelas mãos de paulistas que escravizaram os índios do Guairá.

Nos campos de Pirapitingui [...] Domingos Fernandes funda capela em louvor a Nossa Senhora da Candelária onde aldeia a grande bugrada que trouxera do sertão, bugrada essa que ele conquistara na entrada que, em 1602, fizera em companhia do capitão Nicolau Barreto (BANDECCHI et alli, 1971, p. 252).

Paulistas e índios fundavam o povoamento histórico da área marginal sul dos Campos de Araraquara. E como em todas as áreas constituídas pelos paulistas, essa estrutura de povoamento se manteria e prolongaria espacial e temporalmente. No século XVIII, na mesma Itu, o coronel Antonio Pires de Campos, por exemplo, possuía a fazenda Itaici, onde “chegou a ter centenas de índios aldeados” (TAUNAY, 1975, vol 2, p. 245), entre os quais Bororo que depois ele transferiria para os aldeamentos no Triângulo Mineiro para servirem de soldados nas guerras contra o “Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.’infestão o caminho

<sup>3</sup>Modelo proposto para pensar as relações de identidades e alteridades nos contextos históricos de intensos contatos. Ao contrário dos tradicionais modelos fixos baseados em estruturas binárias dicotômicas, o modelo em forma de mandala expressa a descentralização, enfatiza as interfaces entre os diferentes sujeitos, categorias e contextos envolvidos nas relações de contatos, e enfoca processos contínuos e cambiantes de criação/destruição/recriação de fronteiras culturais porosas onde se cruzam, se sobrepõem, se retraem e se expandem uma multiplicidade de agenciamentos históricos. Para mais informações ver MANO, Marcel. *Itinerários e encontros culturais*: índios e negros na história dos contatos dos Kayapó meridionais – séculos XVIII e XIX. Relatório final de pesquisa. CNPq, Processo: 477230/2012-1 –APQ, 2015.



[...] emthé as minas de Goiaz” (D.I., vol. 22, p. 168). Em Potunduva, no médio Tietê (hoje distrito de Jaú), e em Mogi-Mirim, no caminho de Goiás, Rolim, em 1751 (ROLIM, 1976, p. 182,3 e 187), anota entre os moradores, carijós -termo genérico no século XVIII para índio escravo (MONTEIRO, 1994, p. 16,7).

[...] como todas as que vi na Comarca de São Paulo, porque a maior parte de seus moradores assistem nos seus sítios, onde lhes vai o tempo a cachimbar e embalar-se na rede, em camisas e ceroulas, seu vestido ordinário, e mandando os seus Carijós, adquiridos pelo sertão com grande trabalho (ROLIM 1976, p.182, 3)

No que possa ter de elementos caricaturais nessa descrição, a menção ao carijó escravo indica um certo tipo de estrutura que nasceu com a fundação dos núcleos paulistas e persistia ainda nos séculos XVIII e XIX. Para finalizar essa descrição, basta lembrar que, ainda no início do XIX, um grupo de índios “Cayapó” do rio Paraná e baixo Tietê foram comercializados, repartidos e distribuídos como escravos nas fazendas de Porto Feliz, Piracicaba, Itu, Capivari e Mogi-Mirim (MANO, 2006, p. 269 e ss). Por estes indícios nota-se exatamente que, ao longo de três séculos, os braços indígenas tocaram os empreendimentos agrícolas dos paulistas. Nesse sentido, a utilização da mão de obra escrava indígena, como já demonstrou J. Monteiro (1994), foi então o alicerce sobre o qual se edificou a paulistanidade.

Por sua vez, as atividades econômicas desenvolvidas nesses núcleos se caracterizaram, durante séculos, exclusivamente como atividades de produção de excedentes agrícolas para um mercado interno, então definidas como economias mercantis não exportadoras. Por isso, os núcleos de povoamento eram frentes pioneiras e rastros de uma rede de caminhos que levavam ao interior, postos avançados de abastecimento e pousada para tropas. Por volta de 1727, ao longo do caminho das monções, “quase todo o rio margiado de roças

e fazendas” nas quais “plantava-se feijão e milho, excelentes mandiocas, das quais se fazia farinha, batata, fumo e melancias” (TAUNAY, 1976, p. 68,9). Nesses núcleos passaram mais tarde a conviver não só mamelucos (paulistas) e índios escravos, mas também brancos, negros escravos, mestiços, mulatos. Internamente, se definiam em sua estrutura pelo domínio da família poligâmica e patriarcal, com base em relações de trabalho escravistas, com influência de um catolicismo popular, e uma economia básica de produção agrícola para subsistência e comércio.

Além de movimentar a economia de São Paulo colonial, essa ampla rede de sujeitos sociais foi usada pelas autoridades coloniais nos planos oficiais de povoamento e proteção. Desde o século XVIII, com a militarização da Província de São Paulo, criam-se as chamadas Tropas Militares. Dentre essas, as Ordenanças, por exemplo, pressupunham a convocação universal de todos os cidadãos e por isso eram companhias formadas por brancos, pardos, aventureiros, bastardos (termo genérico no XVIII para quem possuía ascendência indígena) e carijós e, a partir de 1796, o Exército paulista permitiu também a participação de negros libertos e mulatos. Conforme consta em ofícios, ordens, bandos e cartas de oficiais de comarcas da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII (D.I., vol. 19, p. 87; vol. 22, p. 165; vol. 33, p. 60), a partir de então sempre se mandavam formar companhias de soldados pardos, mulatos, bastardos, negros, aventureiros e carijós.

Quanto à participação indígena nas campanhas paulistas dos XVIII e XIX, embora alguns autores mencionem que a participação dos mesmos nas tropas militares tenha sido em escala bem menor que nas bandeiras, os indícios do uso amplo da população indígena são claros. Quando Antonio Pires de Campos foi contratado em 1742 pelo governador de São Paulo d. Luis de Mascarenhas (D.I., vol. 21, p. 153-4) para proteger o caminho de Goiás dos ataques Cayapó, ele utilizou, como acima mencionado, um exército de índios Bororo (D.I., vol. 22, p. 210-211; TAUNAY, 1975, vol 2,

p. 248) por ele deslocados e aldeados no Triângulo Mineiro, aos quais se somaram, ao longo do XVIII, indígenas de outras etnias, tais como Xakriabá, Pareci, Karajá entre outras. E, ainda na segunda metade do século XIX (1876), Couto de Magalhães nos informa sobre o grande número de indígenas no Exército brasileiro. Embora não cite explicitamente nenhuma cifra, sua colocação é clara quanto ao grande número de soldados indígenas. “[...] Duque de Caxias, então ministro da Guerra, deu ordem aos diversos corpos do exército que puzessem à minha disposição todas praças que fossem aborígenes, as quaes eu ouvi durante semanas e mezes.” (COUTO DE MAGALHÃES, 1913, p. 272).

Por estes meios se afirmava, pois, no interior de São Paulo, uma economia agrícola à base de um renovado escravismo. Como quase tudo à sua volta, as categorias lingüísticas através das quais representavam esse mundo e projetavam as ações nele também eram novas. Não era o tupi antigo. Tampouco o português. Seja no núcleo de povoamento ou nas entradas, os paulistas se comunicavam entre si, com os outros -índios, brancos, mestiços, negros- e com os grupos contatados, pela língua geral brasílica ou nheengatu, fala habitual no Brasil até meados do século XVIII quando houve a proibição do uso das línguas indígenas pela administração pombalina, o nheengatu é reconhecido ainda hoje pelos linguistas como uma língua da família lingüística Tupi-Guarani do Tronco Proto-Tupi. Língua extinta por decreto, mas deixou marcas e características importantes no português falado no Brasil.

Por meio dessa língua os paulistas (mamelucos e índios escravos) carregaram de sentido os lugares e os povos com os quais entravam em contato. Não só toponímias como Araraquara, Bauru, Botucatu, Catanduva etc., ou hidrônimos como rios Mogi-Guaçu, Tietê, Paraná, Piracicaba etc, mas também povos, como “Guayaná” e “Cayapó”, são invenções. Corroboram com isso dois fatos. Primeiro o de que a identidade na sociedade colonial opunha não índios e índios mansos (escravizados e/ou catequisados) a índios bárbaros

e hostis, cujo homólogo seria uma falsa e aleatória oposição entre Tupi e Tapuia. Segundo de que os termos “Guayaná” e “Cayapó” não correspondem a uma etnotaxinomia social porque correspondem respectivamente a termos como “gente selvagem” e como macaco” (TURNER, 1992, p. 311).

Foi assim que se perpetuou na historiografia da região de Araraquara um suposto povo indígena homogêneo chamado de “Guayaná” (gente selvagem). Na realidade, tanto este termo, como o “Cayapó”, não correspondem a nenhuma realidade empírica anterior à sua invenção documental, porque eles foram criados pela situação de contato e à base de uma aleatória oposição entre índios mansos e índios bárbaros criada pelas “alegorias da colonização”. Por isso, como já foi chamada a atenção (MANO, 2006, 2016) nunca existiu um grupo indígena Guayaná nos Campos de Araraquara. Tal como se tem mostrado, esses termos, como o “Cayapó”, são termos da língua geral brasílica usados para designar, muito provavelmente, grupos indígenas da família lingüística Jê do Tronco Macro-Jê. Portanto, são esses termos genéricos aplicados indistintamente a grupos que, em alguns sentidos, se opunham aos índios falantes de Tupi ou Guarani. Falavam línguas distintas da geral, eram belicosos, arredios ao contato, tinham hábitos e costumes diferentes e habitavam os desconhecidos sertões que levavam até as minas de Goiás e Cuiabá, representado etnograficamente por diferentes grupos.

Em face disso, devemos entender não apenas que nunca existiu uma ocupação indígena culturalmente homogênea, representada pelo apelativo “Guayaná”, mas que a região norte do estado de São Paulo, em direção ao Triângulo Mineiro e leste de Mato Grosso do Sul, se constituiu numa encruzilhada cultural e área de fronteira porosa e intersecções entre tradições e culturas indígenas diferentes (grupos Tupi e Guarani, grupos Jê meridionais, grupos dos Jê centrais, grupos Guaycuru entre outros), cujos itinerários, encontros, choques e intersecções são intensificados com a situação colonial; não só porque ela promove

contatos com novas e variadas alteridades; mas também pelo fato dos contextos coloniais serem marcados por conflitos e disputas de interesses entre diferentes sujeitos históricos, incitando as mais imprevisíveis relações em redes entre indivíduos e seus respectivos signos culturais e interesses pragmáticos. Mas isso já nos coloca, no entanto, em face de novos temas e problemas a serem pesquisados. Se adotarmos para eles a perspectiva aqui indicada, talvez possamos continuar a romper com dogmas, enganos e distorções referentes à história e à cultura no interior paulista.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelson Martins de (org). **Álbum de Araraquara**. São Paulo: Empresa O Papel Ltda, 1948.

ALVES, Daniella Santos **Do alto da espia:** gentios, calhambolas e vadios no sertão do Campo Grande - século XVIII. 2017, 172 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS - INCIS - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017

AZEVEDO MARQUES, Manuel E. de. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo. Livraria Martins. 1954. (2 vs.)

BANDECCHI, Brasil et al. **Novo dicionário de história do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COUTO DE MAGALHÃES. **O selvagem**. Edição prefaciada e revista pelo sobrinho do autor Dr. Couto de Magalhães. São Paulo, Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, 1913.

**D.I. - Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, 4, 19, 21,. 3.ed. São Paulo: Imprensa do Estado. Typografia Cardozo e Filho., 1913. v.3-4, 19, 21-22, 33-34.

FEBVRE, Lucien. **Olhares sobre a história**. Porto: ASA, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

JUZARTE, Theotônio José. Diário de Navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi [...] que principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976. p. 217- 273.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José. **Diário de viagem pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, de 1780 a 1790**. São Paulo: Typographia Costa da Silveira, 1841.

LEMONS, Alberto. **História de Araraquara**. Edição do Museu Histórico Pedagógico “Voluntários da Pátria” e Prefeitura Municipal de Araraquara. São Paulo: Typografia Fonseca, s/d.

MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara:** um estudo de história indígena no interior paulista. 2006. 357 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais – Antropologia) IFCH – Unicamp, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. **Trabalho & Política**, v. 29, n. 34, p. 193–212, jan/jun 2011.

\_\_\_\_\_. **Índios e negros nos sertões das minas: Contatos e identidades. Varia história**

v.31, n.56, p.511-546, mai/ago 2015

\_\_\_\_\_. Os Guayaná e a história dos índios no interior paulista: Tupi ou Tapuia? In: DANAGA, Amanda C.; PEGGION, Edmundo A. (orgs). **Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 49 – 62.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra** – índios e bandeirantes na formação de São Paulo. São Paulo: Cia da Letras, 1994.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes:** guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX. 2015. 232 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCS – INCIS - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015

MHPVP – Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria – Araraquara. Caixa 2 – Documentos de Araraquara, documento avulso. Mapa da Capitania de S. Paulo em 1800 – Escala de 1:3.660.000.

PEDROSO DE BARROS, Luís. Ofício dirigido a d. Rodrigo César de Meneses em 02.05.1724. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Ordenanças de Itu - caixa 55, maço 55, pasta 1, doc. 9.

RODRIGUES, Álvaro Almeida. **Contato e guerra:** etnohistória de um gentio Cayapó. 2011. 110 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCS – INCIS - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011

ROLIM, Antonio. Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, d. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para a cidade de Cuiabá. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2ª ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976, p.182-202.

SANTOS, Milton **Por uma geografia nova:** da

crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2002.

TAUNAY, Afonso D’Escragnole. **Colletanea de mappas da cartografia paulista antiga**, vol. 1 – Museu Paulista. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

\_\_\_\_\_. **História das bandeiras paulistas**. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. 3v.

\_\_\_\_\_. **Relatos monçoneiros**. 2.ed. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1976.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311 – 338.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Livraria Martins, 1954